



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VALPAÇOS

ATA N.º1/2018

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre da Assembleia Municipal, nos Paços do Concelho, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Valpaços.

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1) Informação do Presidente da Câmara;**
- 2) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do pedido de autorização prévio favorável à assunção de compromissos plurianuais, para aquisição de energia elétrica;**
- 3) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da alteração ao regulamento da organização dos serviços municipais;**
- 4) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da alteração ao mapa de pessoal de 2018.**
- 5) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da atribuição de despesas de representação aos dirigentes municipais.**

Composição da Mesa

Presidente: Sr. António Sernache de Sousa;

Primeiro Secretário: Prof.^a Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves;

Segundo Secretário: Sr. António Queiroz Simões.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão pelas catorze horas e trinta minutos. Procedeu-se à chamada dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, verificando-se a presença de 41 (quarenta e um) e a ausência de 10 (dez), a saber:

Membros Eleitos

Manuel Paulo Ribeiro, Alípio José dos Santos Barreira, Domingos Filipe Miranda Pinto e António Telmo Teixeira Moreira.

Presidentes de Junta

Francisco Manuel Moreiras Machado, José Rocha, Fernando Teixeira Fernandes, António Augusto Baptista da Silva, Almerindo José Lopes e Luís Miguel Pessoa da Rosa.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia pôs à discussão a ata relativa à sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia dezoito de dezembro do ano de dois mil e dezassete, enviada a todos os membros e abriu as inscrições para os Deputados interessados se poderem pronunciar sobre a mesma, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal, Senhora Doutora Ema Paula Morais Gonçalves

A Senhora Doutora Ema Gonçalves começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros, o Senhor Presidente da Câmara e restante executivo, os Senhores Presidentes de Junta e restantes Deputados Municipais e todos os presentes não eleitos. A senhora deputada dirigiu a sua intervenção ao senhor presidente da assembleia municipal, no sentido de saber qual o critério que irá prevalecer, durante este mandato, para a elaboração das atas. Considera que as atas não devem ser transcrições integrais das intervenções dos oradores, como acontecia no passado, no entanto, ao fazer essa síntese o conteúdo da ata não deve perverter o sentido das intervenções, referindo-se, particularmente às suas intervenções. A senhora deputada, Dr. Ema Gonçalves, continuou, afirmando que por exemplo abordou temas

importantes que não constam da ata, nomeadamente o facto de a autarquia estar a usar um diploma do Governo apoiado pelo partido socialista para regularizar a situação dos precários. Referiu ainda, que na sua intervenção constante na página 45 da ata da ultima assembleia, onde consta e passo a citar: *“sustentou que quer o Senhor Presidente da Câmara de Montalegre, quer o Senhor Presidente da Câmara de Valpaços, prometeram cinquenta empregos durante a última campanha eleitoral”*, assim, rejeita que tivesse dito que o Sr. presidente da Câmara de Montalegre alguma vez prometeu cinquenta empregos.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Vítor Manuel Coelho Nogaró**

O Senhor deputado Vítor Nogaró iniciou a sua intervenção com os habituais cumprimentos ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros, ao Senhor Presidente da Câmara e restante executivo, os Senhores Presidentes de Junta e restantes Deputados Municipais.

Seguidamente, referiu que concorda em grande parte com a deputada, Senhora Doutora Ema Gonçalo, assim, considera que a ata não deve conter, na íntegra, as intervenções dos oradores o que a tornaria extensa e massuda. Continuou, referindo que a ata deve ser um resumo, sem subverter as intervenções dos oradores, modelo que sempre defendeu enquanto vereador, e presidente da mesa da assembleia Municipal.

Finalmente, considera que quem quiser ver a sua intervenção integralmente transcrita na ata, deve entregar, por escrito, à mesa da assembleia a respetiva intervenção.

Intervenção da Deputada Municipal, **Senhora Doutora Ema Paula Morais Gonçalo**

Referindo-se à intervenção do Senhor Deputado Vítor Nogaró, considera que a ata não deve *“perverter e não deve filtrar partindo do pressuposto que aquilo que seleciona da minha intervenção para a ata é aquilo que eu considero importante, como é que o Senhor Vítor Nogaró eventualmente presidente de uma mesa de assembleia a supervisionar a redação de uma ata consegue perceber da minha intervenção o que é para mim importante que fique em ata? Há aqui um carater discricionário que devemos que minimizar”*.

A Senhora Deputada, manifestou a sua preocupação, e não quer que lhe volte a acontecer o facto de não ter dito *“algumas coisas”*, que estão espelhadas em ata, nomeadamente em relação ao Senhor Presidente da Câmara de Montalegre.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Vítor Manuel Coelho Nogaró**

O Senhor Deputado Vítor Nogaró, manifestou concordância com a Senhora Deputada Doutora Ema Gonçalo relativamente à situação da ata, recordou ainda, que não tem memória que a

Senhora Doutora Ema Gonçalo tivesse mencionado a oferta de cinquenta empregos por parte do Senhor Presidente da Câmara de Montalegre.

Seguidamente, o Senhor Deputado Vítor Nogaró, lembrou que quem decide quais os assuntos importantes e relevantes, para o órgão, que devem constar em ata, é a Mesa da Assembleia, referiu ainda, que todos os membros, têm o direito, na reunião seguinte, mostrar desacordo e exigir adendas ou retificações. Continuou, afirmando que não se pode pedir que a ata transcreva na integra as intervenções dos oradores, nem a mesa tem o dom de adivinhar quais os assuntos que os intervenientes consideram importantes.

Intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia, **Senhor António Sernache de Sousa**

O Senhor Presidente da Assembleia, esclareceu que não concorda com o modelo das atas em uso no anterior mandato, onde eram transcritas na integra todas as intervenções, continuou referindo que transmitiu ao relator da ata, para que nas situações onde houvesse réplica e tréplica, as intervenções fossem transcritas o mais pormenorizadamente possível.

O Senhor Presidente da Assembleia, referiu que não ouviu a Senhora Doutora Ema dizer que o Presidente da Câmara de Montalegre ofereceu cinquenta empregos, no entanto quer que a ata contenha o resumo das intervenções e o correto sentido dessas mesma intervenções.

Por ultimo, o Senhor Presidente da Assembleia, referiu que o critério para a elaboração das atas é: resumir o que for possível resumir, com o cuidado que tudo conste com lisura e com rigor na ata.

Por não haver mais inscrições, foi posta à votação, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM TRÊS ABSTENÇÕES.**

Correspondência recebida

Solicitaram a relevação da falta à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia dezoito de dezembro de dois mil e dezassete, os seguintes Deputados Municipais:

Presidentes de Junta

Francisco Manuel Moreiras Machado.

Domingos Costa Vicente.

Posteriormente, teve lugar a leitura do pedido, dirigido pela Senhora Dona Maria das Dores Pimentel ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Valpaços, onde solicita a

possibilidade de, no fim dos trabalhos, expor um assunto relacionado com o incêndio no Solar dos Morgados, em Rio Torto.

Seguidamente, teve lugar a leitura do convite, dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Valpaços, para o segundo encontro nacional de Presidentes de Assembleia Municipal, a decorrer em Lisboa no dia três de março de dois mil e dezoito.

Por último, teve lugar a leitura do ofício, “Reversão da Privatização dos CTT – Projeto de Resolução”, do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda da Assembleia da República dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Valpaços, onde apresenta o projeto de resolução com discussão em plenário da Assembleia da República no dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezoito.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Luís Vasco Teixeira Carvalho**.

O Senhor Deputado Vasco Carvalho, iniciou a sua intervenção saudando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, o, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e os demais presentes.

O Senhor Deputado Vasco Carvalho, iniciou a sua intervenção referindo que o Concelho não se resume a duas avenidas, nomeadamente a Av. 25 de abril e a Av. Sá Carneiro que estão mais bonitas, mas discute a sua funcionalidade. Referiu ainda a situação na rua Bartolomeu Dias, com três blocos de apartamentos em situação devoluta onde abundam ratos, ratazanas e cobras, questionando o Senhor Presidente da Câmara relativamente a essa situação.

Seguidamente, referiu-se ao edifício da antiga farmácia em Lebução, que se encontra degradado com beirais em risco de ruir, sendo assim, uma situação que comporta perigo para os transeuntes, questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara sobre os passeios na Avenida Eng.º Francisco Tavares, em Lebução, junto do posto de abastecimento de combustíveis, que considera uma situação também perigosa face á altura dos passeios, nesse local, e à falta de proteção para os peões.

Por último, alertou para a falta de ambulâncias ou dos seus motoristas, quando solicitados pelo Centro de Saúde de Valpaços, para o transporte de doentes, não deixando de enaltecer o trabalho dos bombeiros com os seus escassos recursos.

Intervenção do Presidente da Junta de Sonim, **Senhor Saúl António Teixeira Pessoa.**

O Senhor Presidente da Junta Saúl Pessoa, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais.

O Senhor Presidente da Junta, Saúl Pessoa, começou por referir a importância da distinção atribuída a Portugal, no passado mês de dezembro, do melhor destino turístico do mundo, assim, considera o investimento na ecovia do Rabaçal, um exemplo de visão do futuro, no entanto lamenta, que as águas do rio, não estejam hoje como há trinta anos, limpas e cristalinas, devido às descargas incertas das barragens e às águas paradas.

Seguidamente, congratulou-se com as obras realizadas no bar e casas de banho do recinto do Senhor dos Aflitos em Barreiros, que servem de apoio às comissões de festas e à capela usada como casa mortuária.

Por último, fez referência ao percurso profissional e pessoal do selecionador nacional de futsal, Senhor Jorge Gomes Braz, que levou a seleção nacional a vencer, pela primeira vez, o campeonato da Europa de futsal no passado dia 10 de fevereiro, considera assim, merecida a homenagem que o Município de Valpaços vai prestar no próximo dia 10 de março, a um filho da terra – passou a sua infância e parte da sua juventude em Sonim – profissionalmente muito competente e pessoalmente uma boa pessoa que nunca perdeu o apego à sua terra.

Intervenção do Presidente da Junta de Valpaços e Sanfins, **Senhor António Manuel Castanheira Lopes**

O Senhor Presidente da Junta de Valpaços e Sanfins, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais.

Seguidamente, felicitou a Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, pela organização da Feira dos Stocks, que mais uma vez foi um êxito.

Enalteceu o desfile de carnaval e todos os participantes, nomeadamente, escolas, projeto afetos e outras entidades, deixando também uma palavra de consideração à Guarda Nacional Republicana.

Continuou, referindo o impacto positivo causado, nos cidadãos e empresas, pela abertura da Loja de Cidadão, considerando que a primeira aposta está ganha com a instalação dos serviços de finanças e dos serviços agrícolas, falta agora saber o alcance, nomeadamente do Gabinete de Apoio ao Investimento que, se bem sucedido, pode alavancar o crescimento económico do Concelho. Considera, ainda, de grande beleza o arranjo urbanístico da Loja de Cidadão.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Manuel Torrão Machado**.

O Senhor Deputado Manuel Machado, iniciou a sua intervenção saudando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e os demais presentes.

Em seguida, O Senhor Deputado Manuel Machado, felicitou o Senhor Presidente da Câmara e os técnicos do Município, pelo “excelente orçamento para 2018”, não se mostrando preocupado com a sua execução porque tem plena confiança no Senhor Presidente da Câmara.

Relativamente ao novo mapa de pessoal, considera que o Senhor Presidente sabe melhor que ninguém as necessidades de cada divisão e de cada departamento, sublinhando a importância da valorização do pessoal.

Mais, felicitou o Senhor Presidente da Câmara pelo jantar do Município que decorreu no passado dia 21 de dezembro que juntou eleitos e funcionários da autarquia, e pelo terceiro ano associou também os aposentados do município, facto que sensibilizou o Senhor Deputado Manuel Machado.

Seguidamente, regozijou-se pela funcionalidade e pela arquitetura da Loja de Cidadão, ainda mais, porque foi projetada por técnicos do Município.

Felicitou a Cooperativa de Olivicultores de Valpaços, pelo facto de ter presenteado, com 150 garrafas de Azeite Rosmaninho, instituições de cariz social, através do programa de televisão “Preço Certo”.

Finalmente, felicitou o Senhor Presidente da Câmara pela eleição para o Concelho Nacional do PSD.

Intervenção do Presidente da Junta de São João de Corveira, **Senhor Hernâni Teixeira de Sousa**

O Senhor Presidente da Junta de São João de Corveira, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais.

Seguidamente, destacou a realização da centenária feira de São Bráz, em São João de Corveira, realizada nos dias 3 e 4 de fevereiro, considerando um evento que tem vindo a crescer e a melhorar, agradecendo o empenho do Senhor presidente da Câmara, Doutor Amílcar Almeida e da Senhora Vereadora Doutora Teresa Pavão.

Propôs, ao Senhor Presidente da Câmara, a execução de pontos de água para combate a incêndios, se houver verba, esperando que o Senhor Vereador do Partido Socialista não vote contra a proposta, como aconteceu na Reunião de Câmara do passado dia de 18 de janeiro que o Senhor Vereador “*votou contra umas verbas que foram pedidas para a junta de freguesia*”, “*para obras de arruamentos em São João de Corveira e outra para um tanque público na Junqueira*”, mostrando alguma estranheza pelo facto do Senhor Vereador já ter sido Presidente de Junta e saber das dificuldades em conseguir verbas.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Fernando Faria Pessoa.**

O Senhor Deputado Fernando Pessoa, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais.

Seguidamente, referiu que a Loja de Cidadão é hoje o ex-libris da cidade, um edifício muito bonito.

Felicitou o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Junta de São João de Corveira, pelo sucesso da feira de São Braz.

Continuando, e indo de encontro às declarações do Senhor Presidente da Junta de Sonim, congratula-se com o sucesso do seu conterrâneo, Senhor Jorge Braz, selecionador nacional de futsal, que considera uma boa pessoa e muito humilde, merecedor de tudo que tem conseguido.

Referindo-se á ata, considera que deve ser um resumo dos temas abordados na reunião, mostrando-se satisfeito com o atual modelo.

Seguidamente, fez referência á feira do Folar, que se aproxima, considerando um evento que pode vir a ser o maior de Trás-os-Montes, sendo, para isso, necessário um espaço maior. Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara, que tem sido incansável na promoção e divulgação dos produtos da terra.

Por último, informou que os representantes da Assembleia Municipal, já tomaram posse como membros da Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Tâmega, mostrando-se ao dispor para dar conhecimento dos assuntos aí tratados.

Intervenção da Deputada Municipal, **Senhora Professora Rosa Maria do Nascimento Fernandes**.

A Senhora Deputada Rosa Maria, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e o todos os presentes.

Seguidamente, facilitou o Senhor Presidente da Câmara pela “*objetividade, motivação e eloquência*” na apresentação e justificação dos assuntos em debate. Destaca o trabalho que o Senhor Presidente da Câmara tem desenvolvido na divulgação e promoção dos produtos da região.

Relativamente ao Mapa de Pessoal para 2018, designadamente a educação de infância, considera ser essencial, para as crianças, que haja estabilidade nos grupos de pessoal docente e não docente, salientado a importância da “*empatia*” e dos “*afetos*”. Enalteceu a disponibilidade e a atitude do Senhor Presidente da Câmara e da Senhor Vereadora do Pelouro da Educação, Cultura e Desporto, nas diversas reuniões, com o pessoal docente e não docente da componente não letiva, desenvolvidas no Centro Escolar de Valpaços.

Intervenção do Presidente da Junta de Bouçoães, **Senhor António Tabuada Taveira**

O Senhor Presidente da Junta de Bouçoães, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais.

Seguidamente, abordou as contas do município, felicitando o Senhor Presidente da Câmara pela saúde financeira da autarquia e pela sua rigorosa gestão, destacou a diminuição da dívida em cerca de 6.000.000,00€, e o prazo de pagamento a fornecedores que passou de 117 dia em 2013 para sete dias, em finais de 2017. Considera que o “Estado Central”, devia usar o mesmo rigor e responsabilidade nas suas contas, seguindo o exemplo do Município de Valpaços.

O Senhor Presidente da Junta, destacou a oportuna presença dos produtos da região na feira “Xantar 2018”, realizada entre 31 de janeiro e 4 de fevereiro, na cidade espanhola de Ourense, uma importante montra dedicada à gastronomia e ao turismo. Valpaços, esteve também representada na “SISAB 2018”, evento realizado em Lisboa, nos dia 12, 13 e 14 de fevereiro, dedicado ao setor alimentar e bebidas, possibilitando a oportunidade da realização de múltiplos negócios às nossas empresas e promovendo a exportação dos seus produtos, destacando o papel da autarquia no apoio à participação das empresas e outras instituições nestes eventos e à promoção dos seus produtos.

Por ultimo, referiu-se a uma obra que foi executada na localidade da Lampaça, nomeadamente a recuperação de um moinho e praia fluvial destinada a atividades de lazer e apoio ao combate a incêndios, referiu ainda que a sua junta de freguesia tem uma dívida, que herdou, de 800.000,00€, tendo assim, uma redução de verbas do FFF de 20%, assim, considera que todas as obras efetuadas na freguesia são rigorosamente escrutinadas, destarte, mostrou a sua tristeza pelo facto do Senhor Vereador José Mimoso ter, em reunião de câmara, votado contra a realização desta obra.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Vítor Manuel Coelho Nogaró**

O Senhor Deputado Vítor Nogaró, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, lembrou a necessidade urgente de aprovar um regimento atualizado para esta Assembleia, sugerindo, “*em jeito de atrevimento*”, que o período antes da ordem do dia fosse aproveitado para a constituição de um grupo de trabalho que seria constituído por um representante da Mesa da Assembleia, um representante da Câmara Municipal, um ou dois elementos do grupos parlamentar do PSD e um elemento do grupo parlamentar do PS.

Intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia, **Senhor António Sernache de Sousa.**

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, no seguimentos da intervenção do Senhor Deputado Vítor Nogaró, anunciou que tem em mãos o regimento da Assembleia Municipal de Matosinhos, que vai disponibilizar aos Senhores Deputados, e servirá como base de trabalho.

O Senhor Vereador **José Manuel Mimoso Cardoso**, solicitou a palavra para defesa da honra.

O Senhor Vereador, Professor José Mimoso, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais, agradecendo ao Senhor Presidente da Câmara por ter autorizado a sua intervenção.

Seguidamente, o Senhor Vereador referiu que gerir dinheiros públicos é um ato de enorme responsabilidade, referiu que, por exemplo, em cada Reunião de Câmara “*aparecem 35, 40, 45 pessoas para receber subsídios individuais, sem serem devidamente fundamentados*”, assim, o Senhor Vereador entende que não pode votar favoravelmente esses casos sem ter um conhecimento cabal de cada situação, entende que esses casos devem ir, inicialmente aos serviços sociais da Câmara e seguirem um trajeto ascendente.

Continuando, referiu que também foi presidente de junta, e no início de cada ano deslocava-se ao município, e aprestava o plano de atividades, procurando saber onde o Senhor Presidente da Câmara podia ou não ajudar, assim, considera que enquanto Vereador da Câmara de Valpaços

tem o direito de conhecer o plano de atividades de cada Junta de Freguesia, não tendo votado contra a “obra A, B, ou C”, “nem contra o Senhor Hernâni ou o Senhor Taveira”, votou contra por uma questão de princípio. O mesmo se aplica as associações desportiva e culturais.

Considera, que nos dois meses que antecederam as eleições houve um incremento enorme de obras no Concelho, questionando a pertinência dessas obras, dando exemplo de passeios em granito de um altura enorme em que metade fica enterrado, em aldeias que ninguém passa, interrogando se essas obras são do interesse público ou se servem interesses eleitoralistas.

Intervenção do Presidente da Junta de Bouçoães, **Senhor António Tabuada Taveira**

O Senhor Presidente da Junta de Bouçoães, solicitou a palavra para esclarecer que todas as obras que realizou na sua freguesia estavam inscritas no Plano Plurianual de Atividades, aprovado por esta Assembleia.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida**.

O Senhor Presidente Câmara, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais, e todos os presentes.

Seguidamente, e respondendo ao Senhor Vereador Professor José Mimoso, considera que as suas afirmações não são verdadeiras, afirmando que o número máximo de casos de apoio a pessoas individuais, levados a Reunião de Câmara não excede os 25, mais, afirmou, que as situações levadas à última reunião, apenas uma não estava instruída com informação dos serviços sociais do município, porque a pessoa incumbida desse trabalho encontrava-se ausente em serviço externo, assim, continuou, referindo que faz questão de ajudar, como a lei o permite, sempre que surgem casos urgentes e inadiáveis.

Seguidamente, e relativamente às transferências de verbas para as freguesias, afirmou que os presidentes de junta devem ter alguma autonomia para desenvolver o seu trabalho, considera os presidentes de junta, como pessoas sérias e de confiança. Mais, afirmou que as obras realizadas pelas juntas de freguesia com verbas transferidas pelo Município representam quase na totalidade situações de grande importância.

Relativamente aos passeios que o Senhor Vereador José Mimoso fez referência, o Senhor Presidente Câmara, afirmou que foram colocados com a anuência da Câmara Municipal, mais, considera que os habitantes das aldeias têm os mesmos direitos dos habitantes da cidade.

Seguidamente, no que concerne ao plano de atividades das freguesias, sugeriu que naquelas juntas onde o Partido Socialista tem representação, deveriam fazer chegar essa informação a sua comissão política, os demais, acredita que não têm nada a esconder.

O Senhor Presidente da Câmara, respondeu em seguida às intervenções dos Senhores Presidentes de Junta e da Senhora e Senhores Deputados Municipais.

Resposta à Senhora deputada, Doutora Ema Gonçalo

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta à senhora Deputada Doutora Ema Gonçalo, no que se refere á ata, considera, que deve conter uma “*referência sumária*” dos assuntos tratados, para isso, apoiou-se, e leu na integra o n.º6 do artigo 49.º da Lei 169/99 de 18 de setembro.

Continuou, referindo que o resumo das intervenções não devem alterar o seu sentido, no entanto alerta para o facto de no calor do momento os intervenientes, poderem proferir afirmações infelizes e fora de contexto, ressalvando a possibilidade de ouvir a gravação para fazer as devidas correções.

Por último, contrariou a Senhora Deputada Doutora Ema Gonçalo, quando afirmou que as intervenções do Senhor Presidente da Câmara foram transcritas integralmente na ata, assim, apresentou vários exemplos de intervenções suas, que foram arrumadas na ata de forma resumida.

Resposta ao Senhor Deputado Enfermeiro Vasco Carvalho

Relativamente ao edifício situado na rua Bartolomeu Dias o Senhor Presidente da Câmara informou que o seu proprietário é um senhor de 92 anos, viúvo e com 5 filhos e que aquele está ainda em propriedade indivisa, não tendo a Câmara Municipal qualquer meio legal de intervenção, no entanto mostrou-se preocupado com a situação dos ratos e na disponibilidade de intervir no sentido de resolver esse problema.

Seguidamente, referiu que a casa da antiga farmácia de Lebução fora negociada pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia, entretanto, o processo está em tribunal porque não há entendimento por parte dos herdeiros, continuou afirmando que esse edifício está em ruínas há mais de trinta anos, questionando o senhor Deputado Vasco Carvalho, que fez parte da Junta de Freguesia de Lebução ou da Assembleia de Freguesia, se na devida altura tomou as diligencias necessárias para debelar o problema.

Por último, relativamente ao problema das ambulâncias do Bombeiros de Valpaços, o Senhor Presidente da Câmara referiu que nunca chegou nenhum documento oficial ao Município a dar conta da situação, referindo que não tem conhecimento oficial do problema e iria falar com o

Senhor Presidente dos Bombeiros, no entanto solicitou ao Senhor Enfermeiro Vasco Carvalho que o informasse se realmente a situação se mantém ou não.

Resposta ao Senhor Presidente da Junta de Sonim, Professor Saúl Pessoa

Relativamente às questões do turismo, nomeadamente a ecovia do Rabaçal, o Senhor Presidente da Câmara referiu que é uma aposta para continuar, acredita que o investimento em causa vai atrair visitantes em grande número.

Seguidamente, e em relação às obras no recinto do Senhor dos Aflitos em Barreiros mostrou o seu apoio e a necessidade das obras para aquela população.

Por último, e referindo-se ao selecionador Senhor Jorge Braz, informou que irá ser homenageado, na Câmara Municipal, no próximo dia 4 de março, com a medalha de ouro da cidade, numa cerimónia digna e bonita conforme o Senhor Jorge Braz merece.

Resposta ao Senhor Presidente da Junta de Valpaços e Sanfins, António Manuel Castanheira Lopes

Referindo-se à feira dos Stocks, realizada no passado dia 24 e 25 de fevereiro, considera uma oportunidade de dinamizar o comércio e a oportunidade que os comerciantes têm de escoar aqueles produtos que ficam nas lojas após o período dos saldos.

Relativamente ao desfile de carnaval, realizado no passado dia 9 de fevereiro enalteceu a participação das diversas instituições e manifestou o seu contentamento pela iniciativa que é já uma tradição.

Seguidamente, referindo-se à Loja de Cidadão, inaugurada no passado dia 19 de janeiro com a presença de muitos elementos da atual estrutura governativa, ficando todos muito agradados com as obras.

Continuou, anunciando que a Loja de Cidadão no primeiro mês de funcionamento atendeu 179 cidadãos, já o serviço de finanças realizou mais de 2.900 atendimentos, o que demonstra bem a solicitação dos seus serviços.

Relativamente ao arranjo urbanístico envolvente à Loja de cidadão, considera que é seu propósito tornar a cidade mais agradável, até mesmo os locais mais recônditos.

Por último, informou que no dia da inauguração da Loja de Cidadão, visitou as instalações do novo Hospital, conjuntamente com o senhor Secretário de Estado Adjunto da Saúde, que lhe garantiu que a reabertura do Hospital seria brevemente uma realidade.

Resposta ao Senhor Deputado Manuel Machado

O Senhor Presidente da Câmara, agradeceu as palavras elogiosas do Senhor Deputado relativamente à sua pessoa e aos técnicos da autarquia.

Relativamente ao quadro do pessoal, considera que, com a última alteração, se mostra adequado às necessidades da autarquia.

Seguidamente, referiu que desde que assumiu as funções de Presidente da Câmara, sempre convidou os aposentados para a confraternização do pessoal do município porque considera que também fazem parte da “*família*” e que já deram muito ao concelho por isso devem ser acarinhados.

Relativamente à iniciativa da oferta do azeite no programa televisivo, o Senhor Presidente da Câmara, congratula-se com todas as medidas que sirvam para a promoção dos produtos do Concelho.

Por último, mostrou-se agradado pela sua eleição para o Concelho Nacional do PSD, mesmo não tendo apoiado o candidato vencedor.

Resposta ao Senhor Presidente da Junta de São João de Corveira, Hernâni Teixeira de Sousa

Referindo-se à feira de São Braz, afirmou que foi um sucesso quer ao nível das vendas que ao nível da organização, mostrando a sua disponibilidade para continuar a apoiar o evento.

Relativamente ao ponto de água, informou que abordará o tema mais adiante.

Resposta ao Senhor Deputado Fernando Pessoa

Relativamente à feira de São Braz, considera que o acréscimo de mais um dia no cartaz do evento será sempre responsabilidade do Senhor Presidente da Junta de São João de Corveira.

Seguidamente, considera adequada a posição do Senhor Deputado que se mostrou disponível para dar conhecimento dos assuntos tratados em sede da Assembleia da CIM Alto Tâmega, já que os seus representantes foram eleitos nesta Assembleia.

Relativamente à Feira do Folar, informou que o Município está a trabalhar para que o evento seja um sucesso, considerando que o espaço para colocação de stands é exíguo, não dando resposta a tanta procura. Continuando, informou que o programa Portugal 2020, na região norte, no que se refere a equipamentos sociais, não comporta a execução de edifícios de raiz, aos contrários da zona sul e vale do tejo, assim, mostrou intenção de contestar esta diretiva no sentido de levar por diante os projetos que tem em mente.

Resposta à Senhora Deputada Professora Rosa Maria Fernandes

O Senhor Presidente da Câmara, agradeceu as palavras elogiosas e considerou a senhora Deputado uma pessoa atenta, conhecedora e interessada pelas causas do Concelho.

Reafirmou, que “*Valpaços Vale a Pena*”, considerando que tem criado condições para promoção e desenvolvimento do concelho, não podendo no entanto interferir nas esfera particular.

Relativamente ao Centro Escolar, afirmou o seu afínco para continuar a criar condições de trabalho para professores e funcionários, para que se sintam valorizados e motivados, e para que as crianças se sintam bem e integradas.

Resposta ao Senhor Presidente da Junta de Bouçoães, António Taveira

O Senhor Presidente da Câmara, reafirmou o forte empenho no controlo da gestão municipal, na amortização de dívida no último quadriénio em mais de 6.000.000,00€, bem como o prazo de pagamento a fornecedores que é hoje de 7 dias. Assim, desde a primeira hora em exercício de funções assumiu o “*compromisso de paramento pontual*”.

Seguidamente, fez referência aos eventos “SISAB 2018” e “Xantar Ourense”, como iniciativas de grande importância para a promoção dos produtos da região, mencionou ainda a participação na “Fitur Madrid”, que considerou de grande importância para promoção da região e dos seu produtos, junto do mercado espanhol.

Resposta ao Senhor Deputado Vítor Nogaró

Relativamente ao regimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, considerou que já foram dadas todas a explicações pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** que, de acordo com a lei e dando cumprimento à ordem de trabalhos, prestou informações à Assembleia Municipal sobre as atividades do Município.

Considerando que a alínea c) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro estabelece que a Assembleia Municipal aprecia em cada uma das suas sessões ordinárias, uma

informação escrita do presidente da Câmara Municipal acerca da situação financeira do município;

Considerando que o n.º 4 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro refere que a informação do presidente da Câmara deve fazer referência ao saldo e ao estado das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.

Levo ao vosso conhecimento o relato da atividade económica e financeira do município de Valpaços a janeiro de 2018.

1 – Disponibilidades

O saldo das disponibilidades em 31 de janeiro de 2018 era de 2.633.420,63 euros, dos quais 10.578,26 euros encontravam-se nas caixas das tesourarias (tesouraria principal e serviço de águas) e 2.622.842,37 euros em contas bancárias tituladas em nome do município.

Do total das disponibilidades existentes em bancos, 1.205.909,01 euros, dizem respeito a garantias e cauções prestadas no âmbito da execução de fornecimentos e obras públicas.

2 – Responsabilidades perante terceiros

A dívida a fornecedores de conta corrente era de 12.743,72 euros. A fornecedores de bens de investimento não havia nenhum valor em dívida.

O acordo de pagamento que tínhamos com a RESINORTE, e que havia sido celebrado em 01/12/2013 para acomodar uma dívida de 1.510.994,83 euros, foi totalmente regularizado até 31/12/2017, não existindo atualmente nenhum acordo de pagamento com qualquer fornecedor.

Ao nível dos empréstimos, a dívida era de 3.611.967,72 euros, a título de empréstimos de M/L prazo, o que já inclui o empréstimo no âmbito do PAEL cujo capital em dívida à data era de 1.722.160,76 euros. Neste capítulo dos empréstimos, encetamos recentemente uma consulta à banca por forma a ponderarmos a amortização antecipada do empréstimo contratualizado no âmbito do PAEL, desde que a taxa de juro que venha a ser proposta pela banca seja benéfica para o erário municipal.

O prazo médio de pagamento no final do 4º trimestre de 2017 era de 7 dias.

3 – Endividamento

O limite da dívida total para o município para o ano 2018, calculada nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é de 21.509.246,17 euros.

Considerando que o município tinha uma dívida total a 31 de dezembro de 2017 (excluindo operações extraorçamentais e endividamento excepcionado) de 3.777.194,79 euros, detinha desta forma uma margem absoluta de 17.732.051,38 euros.

Atendendo a que a alínea b) do n.º 3 do Artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que desde que se cumpra o limite da dívida, pode a mesma ser aumentada em 20% da

margem disponível no início de cada um dos exercícios, ou seja, o limite da dívida total para 2018 passa a ser de 7.323.605,07 euros (3.777.194,79 euros + 3.546.410,28 euros »20% da margem).

A dívida total de operações orçamentais do município em 31 de janeiro de 2018 era de 3.675.252,53 euros, possuindo-se assim, uma margem de 3.648.352,54 euros ao limite da dívida total.

4 – Execução orçamental da receita e da despesa

Ao nível da execução orçamental da receita e da despesa, o orçamento do município para o ano 2018, prevê um total de receitas e despesas de cerca de 16,8 milhões de euros.

Em janeiro, a receita cobrada fixou-se nos 1.422.948,61 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 8,4%.

O total das receitas correntes cobradas fixou-se em 1.057.850,23 euros (taxa de execução de 7,5%) e a receita de capital em 365.098,38 euros (taxa de execução de 13,4%).

Ao nível das despesas, foram pagos 812.625,28 euros (taxa de execução de 7,41%) de despesas correntes e 346.312,10 euros (taxa de execução de 5,89%) de despesas de capital, perfazendo um total de despesas pagas de 1.158.937,38 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 6,88%.

Os compromissos assumidos até ao final de janeiro para a gerência de 2018, importam em 9.201.741,96 euros, dois quais foram pagos 1.158.937,38 euros, estando assim por pagar 8.042.804,58 euros.

No tocante à execução do Plano Plurianual de Investimentos, o total dos compromissos assumidos até janeiro importam em 2.809.554,89 euros, tendo sido pagos a importância de 111.488,62 euros.

O saldo para novos cabimentos, era no final de janeiro de 752.380,43 euros, estando assim o PPI cabimentado em 21% da sua dotação disponível.

A execução financeira do PPI no final do mês de janeiro, era de 32,59%.

5 – Processos judiciais em curso

Ao nível dos processos judiciais que contra o município incorrem, para além dos processos movidos pela Águas de Trás-os-Montes (cerca de 2,9 milhões de euros) nos quais são reclamados consumos mínimos e respetivos juros, nos demais, há quatro onde ainda não foi proferida decisão, são eles:

ANO	PROCESSO	VALOR	DECISÃO JUDICIAL	OBS
2010	262/10.5BEMDL	47.438,00	Não	João António Bacalhau Faria – no âmbito

2013	255/13.0BEMDL	59.389,00	Não	da alteração do PDM
2013	391/13.3BEMDL	93.805,47	Não	Juros de mora - Águas
2013	290/13.9BEMDL	7.181,53	Não	Juros de mora - Geogranitos
2014	309/14.6BEMDL	275.000,00	Não	Carlos Manuel Teixeira Batista - Partiu um pé em Carrazedo
				Manuel Carlos Bruno - Acidente no âmbito do evento «VIII passeio de cicloturismo rota do folar» realizado em 28/03/2010

TOTAL	482.814,00
-------	------------

Queria aqui dar mais uma vez a devida nota, acerca dos processos das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, na qual são exigidos consumos mínimos ao município de Valpaços no âmbito do contrato de concessão outorgado. As Águas reclamam 2.895.840,76 euros de cinco faturas, correspondentes aos consumos mínimos de 2011, 2012, 2013 e 2014, que o município não consumiu.

Por se discordar da aplicação de consumos mínimos, as faturas não estão reconhecidas como dívida nas demonstrações financeiras da autarquia, evidenciando-se, porém, no anexo às demonstrações financeiras, como um passivo contingente.

O município desde a primeira hora que contestou os consumos mínimos que lhe eram debitados, devolvendo as respetivas faturas por não serem da sua concordância.

Atualmente existem dois processos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, para apurar a legalidade da imposição de consumos mínimos por parte das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Num dos processos houve já a audiência e julgamento, desconhecendo-se na presente data a sentença, que francamente espero que nos seja favorável.

Acresce referir que, também o município de Valpaços tem uma ação a decorrer no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela contra a ATMAD, respeitante às taxas devidas pela passagem de condutas no solo e subsolo do domínio público municipal. Processo esse, no qual o município pretende ser ressarcido em 557.315,92 euros. Anote-se que o município nunca receber qualquer compensação pela utilização do seu território, nem dos bens patrimoniais ocupados e usados pela ATMAD, tendo ganho em 1ª instância o processo à ATMAD, tendo esta recorrido para o tribunal superior.

6 – Apoios às juntas de freguesia

Durante o mês de janeiro de 2018, a câmara municipal deliberou apoios monetários, dentro das possibilidades das finanças autarcas, no montante de 208.662,46 euros, para que estas possam prosseguir com as suas atribuições e competências.

Obras em execução

Atualmente estão em execução algumas empreitadas, na sua generalidade advêm do ano transato.

Temos em carteira 3.228.718,97 euros de obras diretamente contratualizadas pela autarquia, estando a Câmara a suportar, como certamente saberão, 50% dos encargos da obra da construção do hospital de Valpaços, em parceria com a Santa Casa de Misericórdia de Valpaços.

Seguidamente, informou que decorreu, ente os dia 18 e 24 de fevereiro, em Rio Bom uma ação de sensibilização relacionado com a cultura da castanha, abordando temas como a fertilização do solos e diversas doenças que afetam o castanheiro.

Considera que a atividade agrícola, em expansão no Concelho, só tem futuro com regadio, informando que tem, em sede da quota da CIM, 500.000,00€ aprovados para beneficiação de regadio tradicional no Concelho.

O Senhor Presidente da Câmara, confidenciou que tem o “*sonho*” de poder construir uma albufeira na zona do Cabeço que serviria de espaço de lazer, de regadio para agricultura e ponto de água de auxílio ao combate a incêndios florestais. Continuando, referiu que se deslocou, conjuntamente com o Senhor Vice Presidente da Câmara, ao Ministério da Agricultura onde foi recebido pelo Senhor Secretário de Estado, pessoa que muito estima e muito tem ajudado o Concelho, no sentido de ver satisfeita a sua vontade para a construção da referida albufeira. Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara informou que conjuntamente com o Senhor Diretor Regional de Agricultura, visitou o local e pode aferir que o caudal que serviria de suporte à albufeira é insuficiente, inviabilizando o projeto.

Assim, o Senhor Presidente da Câmara, pôs em marcha uma outra solução, que seria levar a água de Cabanas, com caudal expressivo, para Rio Bom de forma a fornecer água, para regadio, por gravidade, a todo o Concelho e aproveitando as água sobrantes para a zona do Cabeço.

O Senhor Presidente da Câmara alertou no entanto, para os valores elevadíssimos da realização de um estudo prévio para concretização desse projeto, contudo, mostrou-se confiante que a execução de tal projeto seria a garantia da sustentabilidade do Concelho.

Relativamente às obras do Hospital, informou que até ao mês de Junho, irá abrir a valência de Cuidados Continuado, sendo previsível, até final do ano, a reabertura do Hospital.

Considerou que está em andamento a recuperação do setor da construção com a emissão de 15 licenças para construção de habitações unifamiliares, no período de 2 de janeiro até 23 de fevereiro, informou também que tem aprovado a continuação da ciclovia no valor de 440.673,00€.

Outo projeto que mereceu aprovação diz respeito à Modernização Administrativo, relativo ao domínio da informática, no valor de 425.404,00€, e ainda o Plano Integrado de Combate ao Insucesso Escolar com valor aproximado dos 900.000,00€.

Seguidamente, e relativamente à limpeza das floretas, o Senhor Presidente da Câmara mostrou-se desagradado com a inflexibilidade do governo que quer “*que os Municípios façam em poucos dias o que a Governo não fez em anos*”, considerou ainda, que os município vão suportar custos, com limpezas de algumas matas particular, sem serem ressarcidos, acrescentando que o Município tem uma responsabilidade acrescida na limpeza junta à rede viária municipal, junto ao parque de campismo e na proximidade da zona industrial sob pena de cativação de 20% do FEF. Informou que foram já efetuadas ações de formação com o Serviço Municipal de Proteção Civil, Bombeiros, GNR, GIPS e Juntas de Freguesia.

Por último, informou que decorrerá nos próximos dias 23,24, e 25 de março a XX Edição da Feira do Folar, que contará com a presença do Senhor Secretário de Estado da Agricultura na cerimónia de abertura, mencionado que as padarias irão comercializar o folar já com os requisitos da certificação.

2 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do pedido de autorização prévio favorável à assunção de compromissos plurianuais, para aquisição de energia elétrica

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre a proposta apresentada.

Como certamente são conhecedores, a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, estabelece no seu art.º 6º que a assunção de compromissos plurianuais, ou seja, aqueles que vão para além do ano económico, estão sujeitos a autorização previa da digníssima Assembleia Municipal.

A norma de execução do orçamento para o ano 2018, bem como no relatório do orçamento, nomeadamente no seu ponto XI, a Assembleia Municipal autorizou a Câmara Municipal a assumir encargos plurianuais que estejam previstos no Plano Plurianual de Investimentos, bem como os demais encargos, que embora não previstos no PPI, não excedam o limite dos 100.000 euros.

Ora o que se pretende com esta proposta, e estando em vista um procedimento concursal público que os Municípios do Alto Tâmega pretendem lançar ao mercado, com o intuito de contratualizarem com um operador económico o fornecimento de energia elétrica, para as instalações e equipamentos municipais, cuja estimativa do encargo ultrapassa a autorização genérica que esta Assembleia Municipal já concedeu à Câmara Municipal.

Pretende-se que este órgão deliberativo conceda ao órgão executivo a autorização prévia favorável para a assunção deste encargo financeiro, para que seja possível executar o concurso público internacional para a aquisição de energia elétrica.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**

3 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da alteração ao regulamento da organização dos serviços municipais

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para se pronunciar sobre a proposta apresentada

A Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, vem aprovar o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da Administração Pública.

A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto procede à adaptação à administração local da [Lei nº 2/2004](#).

É à luz desta Lei que os municípios moldam as suas estruturas organizacionais, criando e promovendo cargos de dirigentes.

Atualmente a estrutura orgânica da Câmara Municipal contempla 3 departamentos municipais (Obras, Urbanismo e Educação e Desporto).

Possui ainda 3 divisões: Financeira, Administrativa e Espaços Verdes.

De entre as seis unidades orgânicas, a Financeira será aquela que, em primeiro de tudo tem uma dependência direta do Presidente da Câmara; tem uma transversalidade comum e generalizada a todas as demais unidades orgânicas. Passa por ter de lidar com todas as questões relativas ao dinheiro, ao controle das contas a pagar e a receber, à contabilidade, ao **património** da autarquia e de suas variações, ao orçamento, ao alcance dos objetivos e da prossecução das atribuições e competências da autarquia, e fornece dados e ferramentas aos decisores, seja o Presidente da Câmara, o Executivo Camarário ou mesmo ao topo da hierarquia autárquica que é esta Assembleia Municipal, para que possam tomar conscientemente decisões, em matérias de investimento, taxas, impostos, tarifas, benefícios fiscais, sociais, económicos, adotando sempre

uma política de total transparência, e de tornar a informação facilmente entendível e perceptível, a todos aqueles que não sendo financeiros, têm de lidar com a responsabilidade de gerir os dinheiros públicos.

É um processo um pouco semelhante ao funcionalismo da Administração Central, em que o Ministério das Finanças assume um papel preponderante na própria prossecução das políticas governamentais e no próprio funcionamento da Administração e da economia do país.

Com esta proposta pretende-se criar o Departamento de Finanças e Património, que terá naturalmente novas tarefas a seu cargo, nomeadamente com a vertente da contratualização, assumindo assim um maior grau de responsabilidade, pese embora as responsabilidades que recaem sobre esta unidade orgânica, designadamente em matéria de assunção de compromissos, endividamento, controlo da tesouraria, execução orçamental, são francamente de um grau de exigência acrescida, face às também exigentes responsabilidades que recaem sobre as demais unidades orgânicas da Câmara Municipal.

A proposta da nova Lei das Finanças Locais, que sucederá já no ano 2019 à atual Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vem num dos seus artigos (julgo que o art.º 80º-A) conferir um grau de responsabilidade ao dirigente financeiro (que é um funcionário da autarquia), equivalente à do Presidente da Câmara.

Aliás deixem-me que vos diga, as responsabilidades civis e criminais que hoje são exercidas sobre os dirigentes de uma autarquia, fruto da alteração à Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (que é a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas) dão certamente que pensar, não só a “nós” os políticos, mas em especial a quem assume funções de dirigente numa câmara municipal.

Por terem sido já previstos os encargos no Orçamento para o ano 2018 à criação desta unidade orgânica, bem como à recente Divisão de Espaços Verdes cuja sua criação não estava depende da deliberação deste órgão municipal.

Por ser legalmente possível à luz das normas do Orçamentos do Estado e à própria Lei n.º 49/2012, que regula os cargos de dirigentes na Administração Local, vem hoje aqui esta proposta que se consubstancia na criação da unidade nuclear, Departamento de Finanças e Património, na orgânica da Câmara Municipal.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Vítor Nogaró

O Senhor Deputado, considera que a proposta aqui apresentada, não é mais que uma alteração ao modelo organizacional da Câmara Municipal, que se traduz na criação de mais um departamento, o Departamento Financeiro e de Património. Considera, que cabe a esta assembleia, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar o número máximo de departamentos, divisões e subunidades orgânicas, cabendo depois à Câmara, dentro dos limites estabelecidos, criar essas estruturas.

Continuando, considera que a primeira grande motivação de um funcionário, é a progressão na carreira, seguindo-se a vertente remuneratória, isto para explicar que os bons técnicos do Município podem ser aliciados por outras organizações que lhe ofereçam melhores condições, assim, referindo-se ao novo Departamento Financeiro e de Património, considera um prémio justo e merecido atribuído ao senhor Doutor Francisco Lavrador, porque é um excelente técnico, e pela crescente importância da vertente financeiro dentro da estrutura da Câmara Municipal.

Por último, acrescentou que com a previsível chegada da descentralização e o acréscimo de competência atribuídas às Câmaras Municipais, considera pertinente a criação, futuramente, do Departamento Administrativo e Jurídico, ainda mais, com forma de premiar outro excelente técnico o Senhor Doutor Luís Chaves.

Intervenção da Deputada Municipal, Senhora Doutora Ema Gonçalo

A Senhora Deputada Municipal, Doutora Ema Gonçalo, começou por anuir com o senhor Deputado Vítor Nogaró, afirmando que aquilo que motiva os funcionários é, realmente, a progressão na carreira e quase sempre, por acréscimo, uma melhoria remuneratória, gozando os municípios de autonomia administrativa, ao contrário dos serviços da administração central, que não permitem fazer esta gestão dos recursos humanos. Assim, a Senhora Deputada, considera benéfico que os municípios “*usem bem esta autonomia*”, sendo que, para além de premiar as legítimas aspirações dos funcionários, é necessário que essas alterações organizacionais se ajustem às reais necessidades das autarquias.

Seguidamente, e referindo-se à descentralização e à possibilidade de responsabilidades acrescidas por parte dos municípios, dirigindo-se e concordando com o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Deputada alertou que existe o risco da distribuição de verbas do novo Quadro Comunitário se concentrar no Porto e na Área Metropolitana do Porto, sendo assim, uma prática corrente de descapitalização das regiões periféricas, levada a cabo pelos sucessivos governos, independentemente da cor partidária.

Finalmente, e referindo-se novamente à alteração do quadro do pessoal, considera que “*não compete a esta assembleia criar outros patamares na estrutura organizativa que não os departamentos*”, no entanto, afirma não se devem demitir de manifestar a sua opinião.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida**.

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente aos fundos comunitários, e respondendo à Senhora Deputada Doutora Ema Gonçalo, referiu que nenhuma CIM localizada no interior foi ouvida relativamente à definição de propriedades, ficando a distribuição dos fundos em função da população, sendo esta uma prática comum dos diversos governos que esquecem sucessivamente o interior do país.

Respondendo ao **Senhor Deputado Vítor Nogaró**, o **Senhor Presidente da Câmara**, considera que a criação do Departamento Financeiro e de Património não é propriamente um prémio ao Senhor Doutor Francisco Lavrador, no entanto, referiu que é uma área de grande importância na estrutura organizativa do Município, continuando, e referindo-se ao Senhor Doutor Luís Chaves, chefe da divisão administrativa, considera, um funcionário com elevadas capacidades profissionais e pessoais, tendo a convicção que a sua hora chegará.

O Senhor deputado Vítor Nogaró, pediu a palavra para esclarecer que a maior motivação do funcionário é a progressão na carreira, e que veria com bons olhos a criação de cinco departamentos, não tomando partido por nenhuma das pessoas visadas, considerando os dois igualmente competentes.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

4 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da alteração ao mapa de pessoal de 2018

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para se pronunciar sobre a proposta apresentada.

Na sequência do ponto anterior, que consistiu na criação da unidade nuclear «Departamento de Finanças e Património», assim como a criação, pela Câmara Municipal, da Divisão de Espaços Verdes e na Extinção da Divisão de Ação Social, matérias estas reservadas à Câmara Municipal dentro da autorização conferida pelo Órgão Assembleia Municipal, torna-se necessária a respetiva adaptação do mapa de pessoal do ano 2018.

Como certamente são conhecedores, para os membros desta Assembleia Municipal que já exerciam funções no anterior mandato e que votaram a proposta da organização interna dos serviços municipais, isto na reunião do dia 29 de junho de 2015, não será nada de novo; Para os novos membros, deixem-me informarmos e explicar-vos que a Assembleia Municipal cria os departamentos (Dai a razão do ponto n.º 3 da ordem de trabalhos) e fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis (Divisões), estando reservado à Câmara Municipal a sua criação ou extinção dentro desses limites máximos fixados pela Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal fixa o número e a Câmara faz a gestão dessas unidades orgânicas definindo as respetivas atribuições e competências de cada uma delas, em obediência ao Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.

Foi ao abrigo desta disposição legal que entendeu o Executivo Camarário criar a Divisão de Espaços Verdes e Extinguir a Divisão de Ação Social, mantendo assim o número máximo de unidades flexíveis que foram aprovadas pela Assembleia Municipal.

Na senda desta reestruturação, torna-se necessária a promoção da adaptação ao mapa de pessoal para vigorar no ano 2018, que havia sido aqui aprovado na sessão deste órgão do dia 18 de dezembro de 2017, no ponto que sucedeu a aprovação das grandes opções do plano para o ano 2018.

Não foram criados novos lugares no quadro de pessoal nem houve qualquer suprimento.

Esta alteração resulta sim da alteração à estrutura orgânica interna da autarquia, o que implica necessariamente a adaptação do mapa de pessoal.

É o que me cumpre informar.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Doutor Eugénio Borges.

O Senhor Deputado Doutor Eugénio Borges, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais.

Seguidamente, o Senhor Deputado, considerou não ser normal que depois de aprovar o mapa de pessoal para 2018, na última assembleia, venha agora uma proposta para alteração desse mesmo mapa, assim, depois de uma análise à proposta, verificou a criação de divisão de espaços verdes, e com estranheza a extinção da divisão de ação social, assim, questionou o Senhor Presidente da Câmara, que explique qual a razão política que leva um Município que tem em mãos vários projetos importantes de cariz social e que tem tido uma aposta forte nessa área, venha agora propor a extinção dessa divisão.

Intervenção da Deputada Municipal, **Senhora Professora Julieta Lino.**

O Senhora Deputada Julieta Lino, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e os demais presentes.

A Senhor Deputada quis saber qual o conteúdo funcional das carreira não revistas.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Fernando Pessoa**

O Senhor Deputado começou por referir que os políticos com responsabilidades de governação, sendo do PS ou do PSD, têm esquecido consecutivamente as regiões do interior, declarou-se favorável a uma manifestação em Lisboa por forma a reivindicar uma distribuição de dinheiros públicos mais favoráveis às regiões do interior.

Referiu, que vê com agrado, um movimento liderado pelos Senhores Presidentes da Câmara da Guarda e Vila Real, justamente, para sensibilizar o poder político central para as carências das regiões periféricas.

Por último, referindo-se ao quadro do pessoal referiu que o Senhor Presidente da Câmara, melhor que ninguém, conhece as necessidades do Município.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Paulo Jorge Pereira de Jesus.**

O Senhor Deputado Paulo de Jesus, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

O Senhor Deputado, relativamente à área social, referiu a necessidade de alterar o paradigma existente, assim, em vez das pessoas se deslocarem ao Município para solicitar ajuda, o Município, visto que tem técnicos qualificados, deveria criar equipas multidisciplinares e deslocar-se ao terreno e aferir da realidade in locu, para depois poder atuar de modo muito mais eficaz.

Finalmente, referiu que não concorda com a extinção da divisão de ação social.

Intervenção da Deputada Municipal, **Senhora Doutora Ema Gonçalo**

A Senhora Deputada afirmou que as organizações têm que exigir dos funcionários, e devem, na medida do possível premia-los, mas sempre tendo em conta o seu desenho organizativo. Continuando, afirmou que o Município não pode usar as competências que tem, no seu quadro

organizativo, só para premiar os funcionários, como também não pode usá-las para “*emprateleirar*” os funcionários, referindo que não é ético nem é legítimo.

A Senhora Deputada, referiu que estando numa terra pequena toda a gente sabe para que serve esta reestruturação que em ultima análise considera legítima, no entanto defende que se deve falar verdade e com frontalidade, assim, informou que vai votar contra esta proposta.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Vítor Nogaró

O Senhor Deputado referiu que, nesta matéria, concorda inteiramente com a Senhora Deputada Doutora Ema, e entendendo da sua intervenção, que cabe à Assembleia Municipal estabelecer o número máximo de divisões e compete à Câmara Municipal o poder de criar essas divisões até ao número máximo definido pela assembleia, assim, o Senhor Deputado Vítor Nogaró, só não vota ao lado da Senhora Deputada porque, primeiro, quer que o Senhor Presidente da Câmara lhe explique a razão que está subjacente a esta alteração do quadro organizacional do Município.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida.**

Respondendo ao **Senhor Deputado Doutor Eugénio Borges**, o **Senhor Presidente da Câmara**, congratulou-se, que depois de tantos anos, o Partido Socialista considere agora que a vertente social deve ter uma ação preponderante na atividade do Município, considerou que o Partido Socialista viveu duas ou três décadas em que votou sempre contrariamente ao “social” e à pessoa que estava no “social”. Continuou, afirmando que no ano de 2014, por razões económicas, teve que extinguir duas divisões, divisão administrativa e divisão de ação social, prometendo, logo que fosse possível, a criação das mesmas, o que veio a acontecer no ano seguinte, assim, se agora a divisão de ação social foi extinta é porque houve uma quebra irreparável da relação de confiança com a técnica, garantindo que a vertente social continuará a ter um papel preponderante na ação do Município.

Resposta à Senhora Deputada Doutora Ema Gonçalo.

O Senhor Presidente da Câmara, começou por referir que não “*emprateleirou*”, nem castigou ninguém apenas deixou de existir relação de confiança com a funcionária em causa que está instalada condignamente e tem ordem de serviço e que será valorizada por esse trabalho. Continuando, informou que a divisão só foi extinta porque nenhuma das duas funcionárias aceitaram assegurar o cargo.

Resposta à Senhora Deputada Professora Julieta Lino

O Senhor Presidente da Câmara, referiu que o conteúdo funcional das carreiras não revistas, constam do mapa de pessoal da página 25 em diante. Continuando, e percebendo que o alcance da Senhora Deputada era a Policia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, lembrou que não foi criação sua, no entanto fez notar que houve promessas ao seu antecessor, Senhor Engenheiro Francisco Tavares, que não foram honradas por parte da administração central, assim, o senhor Engenheiro Francisco Tavares entendeu por bem extinguir essa relação.

Resposta ao Senhor Deputado Paulo de Jesus

O Senhor Presidente da Câmara, referiu que já existe, há muito tempo, uma equipa multidisciplinar composta por técnicos da área social, que se deslocam às localidades e contactam com as pessoas de forma a intervir assertivamente. Regista com satisfação que agora, ao contrário do passado que a bancada do PS esteja preocupada com a empregabilidade.

O Senhor Deputado Doutor Eugénio Borges solicitou a palavra para esclarecer que a sua questão foi política, relativamente à razão para a extinção da divisão de ação social. Em segundo lugar, afirmou que em relação a empregabilidade, nos últimos três mandatos, a bancada do PS, sempre votou favoravelmente os quadros de pessoal. Terceiro, relativamente às considerações do Senhor Presidente da Câmara, que afirma que só agora o PS “acordou” para as questões sociais, o Senhor Deputado, afirmou que “*não é bem assim*” e não podem ser responsabilizados por decisões tomadas por vereadores do PS, há 4 ou 5 mandatos atrás.

Resposta do Senhor Presidente da Câmara ao Senhor Doutor Eugénio Borges.

O Senhor Presidente da Câmara, referiu, relativamente à questão social, que foi acusado pelo vereador do PS de ter oferecido, colchões, eletrodomésticos e tintas, por altura das eleições, assim, o Senhor Presidente da Câmara, solicitou aos serviços do Município uma relação desses bens hipoteticamente oferecidos no ultimo mandato e esclareceu que foi elencado, 1 colchão e 4 eletrodomésticos, relativamente às tintas, foi entregue ao Senhor Vereador do PS, um dossier com o volume de tintas oferecidas e os seus destinatários. O Senhor Presidente da Câmara, aconselhou o Senhor Vereador, antes de votar as questões relacionadas com a área social, que se inteire dos processos junto dos serviços sociais do Município. Não deve, o Senhor Vereador, justificar a derrota do PS e a vitória esmagadora do PSD, nas última eleições autárquicas, com questões de ordem social.

O Senhora Deputada Doutora Ema Gonçalo solicitou a palavra para defesa da honra.

A Senhora Deputada, referiu que não pretende abdicar da “*sua forma clara*” de intervir nesta assembleia, considera que a sua questão foi respondida, no entanto, não gostou da “*forma explosiva*” usada pelo Senhor Presidente da Câmara, considerou ainda que para as “*coisas correm bem*”, é necessário haver respeito.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA, COM CINCO VOTOS CONTRA**

5 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da atribuição de despesas de representação aos dirigentes municipais.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para se pronunciar sobre a proposta apresentada.

Como já dei conta nos pontos anteriores, a criação das duas novas unidades orgânicas, pressupõe que sejam efetuadas alterações e adaptações à estrutura interna de funcionamento dos serviços.

Convém antes de mais esclarecer, e para aqueles que não estão familiarizados com a temática do funcionalismo da Administração Pública, que estamos a falar de um abono a atribuir a funcionários que desempenham funções de dirigentes; Não se confunda com as «Despesas de representação» da ótica empresarial, que até têm um tratamento fiscal próprio em matérias de IRC e tributações autónomas; Não se trata desse tipo de despesas.

As despesas de representação que aqui abordamos são as que constam da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que determina que a atribuição de despesas de representação é da incumbência da Assembleia Municipal, naturalmente sob proposta da Câmara.

Assim, com a entrada em vigor desta Lei, concretamente o disposto no seu art.º 24º, o pagamento das despesas de representação aos titulares de cargos de direção superior de 1º grau e de direção intermédia de 1º e 2º grau, como é o caso do departamento e da divisão que foram criadas, passou a depender da deliberação da Assembleia Municipal.

O quantitativo a abonar a título de despesas de representação é o equivalente ao pessoal dirigente da Administração Central, suscetível de descontos de IRS, Segurança Social ou Caixa Geral de Aposentações, como os demais rendimentos auferidos, salvo naturalmente o subsídio de alimentação.

Atualmente os dirigentes responsáveis pelas unidades orgânicas auferem despesas de representação. Estas duas novas unidades orgânicas, concretamente o Departamento de Finanças e Património e a Divisão dos Espaços Verdes, é naturalmente logico que também possam auferir despesas de representação, atendendo que a Lei assim o permite, dando-se igualdade a toda a estrutura organizativa dos serviços internos da Câmara Municipal.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**

Intervenção destinada ao público, requerida pela Senhora Dona Maria das Dores Pimentel.

A Senhora Dona Maria das Dores Pimental, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Seguidamente, fez saber da ocorrência de um incêndio, no passado dia 25 de dezembro de 2017, na sua habitação – Solar dos Morgados – em Rio Torto. A Senhora Dona Maria das Dores depois de expor o sucedido, e considerando o edifício “Imóvel de Interesse Público”, e não apenas residência particular, solicitou oportunamente que lhe fosse retirado o entulho acumulado desde a data do referido sinistro. Continuando, e referindo-se ao Solar dos Morgados, questiona o Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao que pode esperar futuramente da autarquia ao que se refere ao seu valor patrimonial, arquitetónico, cultural e outros.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida.**

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que teve conhecimento do sucedido, através de relatório da proteção civil onde refere que o incêndio deflagrou apenas na parte da cozinha, não gerando entulho na via pública, nem chegou ao Município nenhum pedido de ajuda social nem psicossocial.

Relativamente à remoção do entulho, informou que a Câmara Municipal, não pode legalmente substituir-se aos particulares. Mais, lamentou os danos matérias, congratulando-se pelo facto de

não haver consequências para os proprietários, referindo que não houve realojamento porque existe uma segunda casa em condições de ser habitada.

O Senhor Presidente da Câmara, estranhou o facto de não haver uma apólice de seguro que velasse pelo edifício e pelo recheio, visto tratar-se de um Solar do Século XVIII, destinado a alojamento local, inscrito na rota do azeite e com espólio de grande valor.

Continuando, e considerando o elevado património e os rendimentos dos proprietários, o Senhor Presidente considera desnecessária qualquer ajuda social, reafirmando que não tem qualquer fundamento legal para a retirada de escombros de particulares, por parte da Junta ou da Autarquia. Mais, considera total sensibilidade e abertura para colaborar em parceria com o Solar, nomeadamente na sua vertente cultural, desde que naturalmente dentro da legalidade.

Sendo vinte horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata.

O Presidente da Assembleia Municipal

António Sernache de Sousa

O 1º Secretário

Prof.ª Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves

O 2º Secretário

António Queirós Simões